

GT 09 – Trabalho e Educação**PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ: UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
CLASSE**

Jacineide Arão dos Santos (UFBA)

Maria Regina Filgueiras Antoniazzi (UFBA);

Aline de Oliveira Costa Santos (UNEB)

CAPES/CNPq

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da escolarização, profissionalização e emprego, para jovens e adultos no Brasil, têm se fundamentado em variadas correntes de pensamento predominando uma visão reducionista das relações existentes entre essas diferentes categorias. No senso comum, apoiado pelo discurso governamental e empresarial, está presente a ideia de que uma maior escolarização promoveria a obtenção de melhores postos de trabalho e conseqüentemente, de salários cada vez mais altos, o que resultaria numa supervalorização da escola. Essa ideia está posta na teoria do Capital Humano que tenta atribuir à educação o poder de transformar a sociedade.

Sob essa perspectiva deixa-se de analisar os reais condicionantes, que são estruturais, na discussão e proposição de ações para o campo educacional, em especial, para a formação profissional, que acabam sendo incorporadas às políticas para jovens e adultos. Assim, desenvolvem-se ações desarticuladas, superficiais, aligeiradas e focais, que em nada contribuem para a mudança do *status quo*. Essas ações são sustentadas e propagadas através de ideias ilusórias que atribuem a cada um dos indivíduos o poder de tornarem-se “empregáveis”, ignorando que “as relações entre trabalho, escolaridade e profissionalização

resultam de uma complexa rede de determinações, mediações e tensões entre as diferentes esferas da sociedade: econômica, social, política e cultural” (MANFREDI, 2002, p.32).

Reafirmando essa lógica, a juventude da classe trabalhadora tem sido alvo de constantes ações por parte do governo, no que concerne à qualificação profissional inicial - nos termos do Decreto 5.154/2004, que rege a educação profissional atualmente - e sua inserção no mercado de trabalho.

O artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca de alguns aspectos referentes a uma dessas experiências – Projeto Juventude Cidadã na Bahia - apontando os nexos entre concepções político-ideológicas e a formulação de propostas para a educação de jovens e adultos trabalhadores, destacando os limites que o Projeto apresenta para essa modalidade de ensino, que deve ser compreendida, historicamente, no quadro socioeconômico do país, como uma educação de classe.

Buscamos, mais especificamente, apresentar a análise que realizamos do Projeto Juventude Cidadã na Bahia, que se insere no bojo das políticas públicas para a juventude em âmbito nacional, destinado aos jovens entre 18 e 29 anos, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, que não tivessem vínculo formal de trabalho e que estivessem cursando o Ensino Fundamental ou Ensino Médio ou, ainda que já tivessem concluído o Ensino Médio em escola da rede pública de ensino.

A partir da análise dos documentos oficiais e a luz da produção científica nessa área, passamos a compreender a relação entre as diretrizes do Projeto e as determinações da sociedade real, considerando a influência das agências multinacionais no que concernem as políticas públicas implantadas no país, sob a vigência da ideologia neoliberal. Em âmbito local, identificamos a estrutura e funcionamento do Projeto por meio do órgão responsável na Bahia – a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – e das entidades que foram selecionadas por meio de chamadas públicas para a execução do Projeto no Estado.

O CONTEXTO DAS POLÍTICAS FOCALIZADAS

O modo de produção capitalista, desde a sua origem, sofreu contínuas transformações, mas independente do momento histórico mantém suas características imanentes: o lucro, a competitividade e a desigualdade que estão na gênese do sistema. Assim, para manter-se e reformar-se necessita de um arcabouço teórico e ideológico que implique na concepção e implementação de ações no plano econômico, político e social. Na atualidade as supostas benesses do capital são sustentadas pelas ideias que sustentam o

neoliberalismo, que se expressam, portanto num conjunto de políticas econômico-sociais e num arcabouço ideológico, sendo um fenômeno de ordem mundial que se inter-relaciona com o processo de reestruturação produtiva, o qual é caracterizado pelo advento das novas tecnologias e mudanças no padrão de organização e gestão do trabalho.

A doutrina neoliberal é a ideologia de sustentação e estímulo da globalização e da reestruturação produtiva que são movimentos estruturais do capitalismo contemporâneo, razão fundamental para se compreender a conjuntura social e político-econômica em curso, em especial no que tange as ações realizadas no campo da educação profissional para a juventude.

No Brasil durante as décadas de 1980, especificamente, na de 1990 houve uma grave crise do emprego. No discurso oficial o desemprego era resultante da falta de qualificação dos trabalhadores e nesse sentido são criadas políticas de emprego que não vão ao cerne da questão, pois são focais e paliativas, não contribuindo, de fato, para a geração de novos postos de trabalho.

Segundo Pochmann (2006), na década de noventa do século passado, o Brasil foi incluído no bloco dos quatro países com maior volume de desempregados, evidenciando que “não há mais estratos sociais imunes ao desemprego” (p.62).

Contudo, é importante ressaltar que o desemprego afeta, diferentemente, as classes sociais, sendo mais presente na classe trabalhadora, assim como atinge também, de forma diferenciada, os negros, as mulheres e os menos escolarizados.

As experiências de trabalho da juventude, por exemplo, são marcadas pelo desemprego, pois “os jovens têm uma vida de trabalho saturada de incertezas. É verdade que a incerteza não é uma novidade deste momento histórico da sociedade capitalista, mas a incerteza do presente produz um fato novo: a incapacidade de projetar o futuro” (DRUCK, 2010, p.115).

O problema do desemprego, em especial juvenil é explicado pelo governo como resultante da incompatibilidade entre a oferta de postos de trabalho e o perfil do jovem trabalhador sem qualificação profissional, não se devendo, portanto a insuficiência de postos de trabalho. É nessa lógica que é pensada uma política para a juventude, aliando educação, formação para o trabalho e suposta inserção no mercado de trabalho. Partindo de tal pressuposto são criados programas de subsídio ao emprego, voltados em especial para os jovens. Esta estratégia é disseminada, incorporada e implementada tanto nos países europeus quanto na América Latina, com destaque para o Brasil.

É importante esclarecer que a noção de qualificação é polissêmica, podendo ser assumida com várias acepções e tomada, para efeitos de pesquisa, sob ângulos e enfoques distintos. Para alguns é considerada na perspectiva da preparação para o mercado de trabalho, que envolve um processo de formação profissional adquirido por um percurso escolar e através da experiência profissional. Outros entendem a qualificação como um processo de qualificação/desqualificação, próprio da organização capitalista do trabalho. Uma terceira visão aborda e define a qualificação a partir da investigação de situações concretas de trabalho, chamada de qualificação real e operacional. É uma visão mais recente e se origina na sociologia do trabalho francesa (ANTONIAZZI, 2005).

O Projeto Juventude Cidadã surge no contexto da “acumulação flexível” cujas características fundamentais estão assentadas na hegemonia do capital financeiro, na flexibilização do trabalho e do trabalhador e na desregulamentação e liberalização, sustentadas pelas políticas neoliberais. A década de 1990, como afirma Druck (2001), primou pela epidemia da qualificação. Governo, ONG’s, sindicatos, empresas estatais, Sistema “S”, universidades, fundações, todos se envolveram com a qualificação do trabalhador. Nesse sentido, a educação/qualificação, como afirma Frigotto (2004), passou a ser a “galinha dos ovos de ouro” para a solução do desemprego e do subemprego.

O que define a conjuntura social na contemporaneidade é a instabilidade em especial no que diz respeito à situação do trabalhador com destaque para as classes populares, situando nesse contexto os jovens. Assim, hoje, o discurso que prevalece é o da empregabilidade, entendida como a capacidade dos trabalhadores se atualizarem para manter sua ocupação, ou, quando demitidos, terem a capacidade de ocupar e desenvolver um novo trabalho. O conceito de “empregabilidade” pode também ser ampliado, entendendo-o como uma construção social decorrente da interação de estratégias de diferentes atores sociais que contribuem para que o trabalhador mantenha-se na situação de empregado, ou saia da condição de desempregado.

Como em nenhum outro momento histórico o discurso atual confere toda responsabilidade ao sujeito em relação a sua situação profissional. Assim, o sucesso ou não no âmbito profissional é “culpa exclusiva de cada um”. Desse modo, conforme diz Silva (2009),

Para garantir o emprego é preciso que o trabalhador, especialmente o jovem, seja competente para aglutinar a polivalência, policognição, multi-habilitação, formação abstrata, formação flexível e os traços culturais, valores e atitudes de integração, de cooperação, empatia, criatividade, liderança, capacidade de decisão, responsabilidade e capacidade de trabalhar em equipe (p.47-48).

Os conteúdos da “empregabilidade” expressos na citação valorizam, exatamente, qualificações individuais, portanto é importante analisar com cuidado o significado dessas qualificações. Druck (2001) corrobora nessa análise afirmando o seguinte:

[...] se examinarmos com atenção é possível perceber que essas qualidades são típicas dos trabalhadores que vivem na informalidade ou na “solidão do mercado”, que sempre constituíram a grande parte - hoje a maioria - dos trabalhadores brasileiros. Isto significa dizer que na história do trabalho no Brasil, empregabilidade e competência são dois velhos “modelos”, associados muito mais à precarização do trabalho e do emprego, típicos de países subdesenvolvidos do que à revolução tecnológica e de novos padrões de organização do trabalho. (...) o núcleo da flexibilização do trabalho é exatamente a perda de uma condição estável com direitos e garantias sociais, é a perda de vínculos, onde o indivíduo é tudo e o coletivo perde sentido. Daí a valorização dos traços de personalidade e de caráter... onde a qualificação maior está na capacidade de enfrentar desafios e incertezas e não mais no conhecimento do ofício e na socialização do trabalho. [...] Reina a descartabilidade, já que o mercado exige flexibilidade, agilidade e racionalidade e se os homens de hoje já não respondem mais, terão de mudar... ou serão descartados (p. 88).

Castel (2010) nos ajuda a compreender essa nova questão social destacando como aspectos centrais dessa conjuntura: desestabilização dos estáveis, instalação na precariedade e a mais devastadora, segundo o autor, a manifestação de um déficit de lugares devido a precarização do emprego e aumento do desemprego. Estes “sem lugares” ocupam a posição de supranumerários, sendo marcados pela inutilidade.

Como resposta a essa crise são criadas políticas de inserção, tendo como um dos alvos os jovens, as quais se podem antecipar, são inconsistentes para apoiar um projeto de integração. É nesse contexto que tem se desenvolvido políticas focalizadas, as quais se propõem a serem provisórias, “mas sua consolidação progressiva marca a instalação no provisório como modo de existência” (CASTEL, 2010, p. 542-543). A ampliação das políticas de inserção dá mostras da incapacidade do Estado em prover políticas de integração com direção universal, pois em especial no Brasil, é constante a propaganda de programas destinada aos jovens, com características bem demarcadas, a exemplo do Projeto Juventude Cidadã.

A política de formação profissional para a juventude tem sido desenvolvida em meio a intensos debates e posições controversas, mas tem prevalecido o interesse da classe hegemônica. Neste sentido as ações em vigor são propagadas através de um discurso envolvente, em que prevalecem uma defesa intransigente pela “educação ao longo da vida”, formação de empreendedores, “desenvolvimento pleno da cidadania” e em ideais de solidariedade. Assim, de modo aparente visa-se a formação integral do jovem.

JUVENTUDE TRABALHADORA: UMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE CLASSE

As discussões em torno de uma política pública para a juventude e sua conseqüente implementação perpassa diversas questões dentre elas o que tem sido entendido e defendido em relação ao significado do que é ser jovem. Essa apreensão de sentido interfere inclusive na formulação das ações para esse segmento populacional. Parece ser consensual considerar a juventude como uma categoria heterogênea, no entanto, há certa predominância de uma percepção idealista/abstrata em relação à juventude.

Rosenmayr (1968) indica que “as condições socioeconômicas nas quais vivem os jovens vão de um extremo a outro, desde um ‘sistema ambiental de pobreza’ até a ‘civilização da abundância” (p.151). O “sistema ambiental de pobreza praticamente anula a capacidade de protelar uma satisfação e traçar planos para o futuro” (idem, p.152). As ações e perspectivas dos jovens centram-se mais no imediato devido ao que é oferecido a essa parcela significativa da população. Assim, o caráter essencial do comportamento juvenil deve ser visto como algo inserido na estrutura social.

Cabe ressaltar também que, há outros sentidos atribuídos a esta fase da vida no que tange a algumas prioridades. Há autores (Spósito, Carrano, Castro, Abramovay) que analisam a juventude numa perspectiva geracional, com foco nas múltiplas identidades, numa perspectiva subjetiva das condições de existência, adotando o termo ‘juventudes’ para se referir à pluralidade desta fase. Nesta perspectiva sugerem diversos recortes na implementação das políticas para este grupo populacional.

Podemos constatar que, hoje se ampliou o debate em defesa dos jovens como sujeitos de direitos, protagonistas, os quais têm histórias de vida singulares, entendendo que a vivência juvenil é “pluridimensional e se constitui em um tempo presente” (CONJUVE- Conselho Nacional de Juventude, 2006 apud CASTRO, ABRAMOVAY, 2007, 21). Para estes autores trata-se de se considerar as possibilidades de vivência própria dos jovens em suas singularidades, respeitando-se a história de vida e não apenas a formação para o exercício da vida adulta, sem pré-determinação para o futuro, mas deixando-se em aberto às trajetórias.

Verificamos também a existência de uma abordagem pós-moderna em relação à condição social da juventude, onde são de certo modo ignorados os condicionantes históricos, concretos e de classe dessa categoria social. A ênfase incide nas múltiplas identidades dos jovens, em suas trajetórias individuais. Um agente que tem interferido sobremaneira nas políticas públicas no Brasil é o Banco Mundial, o qual tem uma interpretação da juventude que vai ao encontro daquela apresentada pelo CONJUVE.

Apesar de partir de outra perspectiva, Frigotto (2004) também considera juventude um tema complexo e controverso devido à dificuldade de conceituação, pois “não há um conceito unívoco por razões tanto históricas quanto sociais” (p.180). Concorde que se deve referir a juventudes, em especial quando se toma como recorte classe social, o que não implica desconsiderar, por exemplo, questões de raça e gênero.

Constatamos que na percepção deste autor há preponderância de uma análise concreta e objetiva das relações de existência, pois a categoria classe social é central em sua abordagem. Frigotto (2004) ainda destaca que o parâmetro da idade é problemático para identificar os jovens. Pochmann (2004) corrobora esclarecendo que,

A identificação da condição juvenil apenas pelo viés etário torna-se simplificada, pois existe uma determinação cultural no interior de cada sociedade, para além dos limites meramente fisiológicos... Transformações na estrutura econômica repercutem direta e indiretamente sobre a condição juvenil (p.220).

A juventude deve ser analisada não apenas no plano simbólico, mas temos que levar em consideração outras dimensões: material, histórica, política, nas quais toda a produção social se desenvolve. Assim, neste artigo afirmamos que a análise acerca de uma política pública para a juventude não pode ocorrer descolada da classe social.

Para além de compreendermos o significado da juventude na sociedade brasileira, temos que nos perguntar o que a sociedade tem feito por esta juventude, que em grande parte tem sido alijada dos direitos sociais de existência. A própria estrutura social corrobora para castrar os anseios deste grupo social. A juventude não pode ser vista como algo abstrato, pois está vinculada ao universo econômico e sociocultural em que se insere. Diz respeito também a consciência da situação da própria pessoa, da classe social e da sociedade global, pois “o caráter essencial do comportamento social juvenil deve ser visto como algo inserido na estrutura global” (IANNI, 1968, p. 241).

Concluindo este item, o que hoje mais aflige os jovens trabalhadores é o desemprego e conseqüentemente a sua formação profissional, pois nesse quadro de instabilidade social, a Educação Profissional vem sendo considerada e propagada como porta de saída para o desemprego.

O ESTADO BRASILEIRO FRENTE AO DESEMPREGO JUVENIL

A problemática do desemprego, cuja explosão ocorreu na década de 1990, fez com que o governo criasse estratégias a fim de superá-la. E o Sistema Público de Emprego (SPE)

se constituiu em um mecanismo para o enfrentamento dessa questão. No que tange ao desemprego juvenil, em especial, foi criado o programa “Meu Primeiro Emprego”, em alguns estados brasileiros, também semelhantes aos programas europeus. Em outubro de 2003 entrou em vigor a Lei 10.748, que implementou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE). O Programa conforme consta na Lei atua em duas linhas de ação, tendo como propostas a qualificação social e profissional e inserção no mercado de trabalho. O público alvo das ações, inicialmente, foram os jovens de 16 a 24 anos. Para efetivação das ações foram realizadas parcerias com empresas no sentido de serem concedidos, por parte do governo benefícios em caso da contratação de jovens, tendo, portanto como ênfase a participação das organizações da sociedade civil. Dentre as ações do programa, situa-se o *Projeto Juventude Cidadã*, o qual era uma das ações do Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (PROJOVEM) na sua modalidade Projovem Trabalhador.

O Projovem Trabalhador tem como objetivo “preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção” (Brasil, LEI Nº 11.692, 10/06/2008, art. 16). Concordamos com Rummert e Alves (2010) quando afirmam que “esse objetivo enfatiza o autoemprego e o empreendedorismo como soluções para o desemprego” (p.523).

Contrárias ao discurso oficial, Rummert e Alves (2010) desconstruem a lógica que embasa tal Programa, dizendo que:

Na realidade, a lógica que permeia o Programa aqui abordado, no que concerne à formação geral e à qualificação profissional centrada no trabalho simples, parece convergir com a perspectiva do Banco Mundial, ao defender o empreendedorismo como alternativa à pobreza, valorizando sobremaneira a formação de microempresários (p.524).

Ciavatta (1998) destaca que fica evidente a dualidade intrínseca a formação social brasileira, em que a formação profissional destinada às classes subalternas, reproduz a ambiguidade da sua concepção ao reduzi-la às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial, representando a posição de subalternidade do Brasil no quadro hegemônico internacional ao disponibilizar para a juventude brasileira uma formação que a rigor os conforma com a manutenção da ordem vigente. É neste contexto que se situou a execução do Projeto Juventude Cidadã, o qual esteve aliado às forças hegemônicas que sustentam o modo de produção capitalista.

PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ: FORMAÇÃO DO “CIDADÃO MÍNIMO”

O Projeto Juventude Cidadã, a nível federal, integrou as ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para sua execução houve parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Sua implementação ocorreu em 2003, atendendo a jovens entre 16 e 24 anos. Esta faixa etária foi estendida para 29 anos após reformulação do PROJOVEM.

Nos documentos que instituíram o Projeto Juventude Cidadã está explícito que o mesmo era voltado para jovens em situação de vulnerabilidade social, que através do desenvolvimento de ações de formação em direitos humanos, cidadania, qualificação profissional e prestação de serviços voluntários à comunidade, criariam oportunidade e condições para que os jovens ingressassem no mundo do trabalho, reduzindo assim os índices de desemprego juvenil.

Eram objetivos do Projeto:

Geral: Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação sócio profissional com vistas à inserção na atividade produtiva;

Específicos:

I - promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos da cidadania e com a redução das desigualdades;

II - preparar e inserir os jovens no mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas legais geradoras de renda (Termo de Referência).

A Qualificação Profissional é destacada no Termo de Referência, que indicava que os conteúdos e cursos ofertados deveriam estar “em consonância com a demanda de *empregabilidade*” da região, ou seja, estava implícita a ideia de que o indivíduo é responsável pela própria formação e obtenção de trabalho.

Além de orientação quanto à organização e execução dos cursos do Projeto Juventude Cidadã foi estabelecida como meta a inserção no mercado de trabalho de 30% dos jovens participantes do Projeto. Para a viabilização desta meta poderiam ser consideradas diversas formas de inserção: via emprego formal, via estágio ou jovem aprendiz e via formas alternativas geradoras de renda (FAGR).

A partir desta breve caracterização do Projeto Juventude Cidadã percebemos que o mesmo se insere no conjunto de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, estando em consonância com uma das possibilidades de formação profissional postas no decreto 5.154/2004, que rege atualmente a Educação Profissional.

A questão fundamental que identificamos nesse Projeto, destinado a um público específico, jovens da classe trabalhadora, é a ênfase na empregabilidade, que isenta governo e empresários da responsabilidade social, transferindo essa responsabilidade para o jovens trabalhadores.

Outra questão que identificamos diz respeito à falta de articulação desta política com a necessária melhoria de renda das famílias e garantia de inserção profissional desses jovens, o que poderia contribuir com a “suposta inclusão social” preconizada pelo projeto.

A relação entre solidariedade e a ideia de cidadania está presente na política nacional de juventude expressa através de seus objetivos, proposta pedagógica e nos conteúdos previstos. Assim, os elementos formais do projeto em questão fornecem pistas para que possamos questionar a noção de cidadania assumida pelo governo.

A igualdade de direitos, por exemplo, restringe-se ao plano formal, numa sociedade em que “a cidadania ainda é um privilégio de classe”. (TELLES, 2001, p.22). “Desempregados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo ou ocupação definida são na prática transformados em pré-cidadãos” (idem, p.23).

É nesse contexto que os arranjos neoliberais institucionalizam a segmentação da cidadania através dos que têm acesso aos serviços fornecidos pelo mercado e aqueles que não têm. Os últimos representam os que fracassaram e dependem dos precários serviços públicos constatando a sua incompetência por não provarem e apresentarem as suas “virtudes empreendedoras”.

No Projeto Juventude Cidadã fica evidente a partir dos objetivos propostos o seu viés individualista, mercadológico no que tange a conquista de direitos por parte dos jovens participantes. A conquista da cidadania está diretamente relacionada à obtenção de uma atividade produtiva, não parte, portanto de um ideal de igualdade e justiça social. A partir da análise dessa ação na Bahia podemos afirmar que esse discurso hegemônico está presente não apenas no discurso oficial, mas também nas vozes daqueles responsáveis pela execução do Projeto, o que contribui para a existência de mais uma ação que não contribui para a emancipação dos jovens, mas para validar a manutenção desta sociedade desigual e excludente.

O Projeto Juventude Cidadã teve origem na Bahia em meados do ano de 2008, sendo organizado em etapas. Estas etapas estiveram relacionadas com o repasse de recursos pelo governo federal e de acordo com a capacidade técnica da coordenação local. O projeto encerrou-se no final do ano de 2009.

A realização dos cursos ficava sob a responsabilidade de instituições selecionadas a partir de editais. Ressaltamos que a maioria das entidades responsáveis pelo Projeto na Bahia eram tipicamente instituições sem fins lucrativos, o que denota a presença do principal modo de gerir na contemporaneidade, as parcerias público-privadas.

Quanto aos cursos ofertados além de terem uma carga horária reduzida, tendo duração de aproximadamente seis meses concentravam-se em áreas pouco valorizadas socialmente, em que é exigido dos profissionais conhecimentos básicos, os quais incidem mais no plano técnico havendo clara cisão entre o trabalho manual e intelectual, indicando que as qualificações eram voltadas para o imediato, para o trabalho simples e precarizado.

Quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho, a meta mínima era de 30%, contudo não foi alcançada, sendo justificada de diversas formas. Uma dessas justificativas era que, contratualmente, não havia a responsabilidade das instituições executoras de inserirem os jovens, o que ficava apenas sob-responsabilidade da SETRE, já que informalmente as entidades executoras assumiam o compromisso de contribuir com a inserção, mas ao término do Projeto “esqueciam dos jovens”.

Outro fator trazido pela entrevistada foi que geralmente surgiam vagas na área de construção civil e para operador de telemarketing e os jovens recusavam essas vagas. Outro fato abordado, pela entrevistada, é que: “há jovens que são encaminhados, mas não se mantêm empregados por não conseguirem desenvolver bem a função... Caso não se invista na qualificação constante destes jovens ficarão fora do mercado de trabalho e teremos que importar gente de fora”.

A partir das informações obtidas junto aos envolvidos com o Projeto identificamos o quanto o discurso da falta de qualificação corrobora para a culpabilização dos jovens quanto à situação de desemprego.

Mesmo sendo considerados os empregos formais e os empreendimentos de iniciativa própria dos jovens, a meta de 30% de inserção no mercado de trabalho não foi alcançada. Dos 10.562 jovens certificados foram inseridos 274, o que corresponde somente a aproximadamente 2,6% de inserção, ficando muito distante da meta proposta pelo Projeto.

Quanto à organização dos cursos as instituições informaram que a mesma ocorria em dois momentos distintos: o primeiro, destinado à formação para a cidadania, os jovens tinham acesso ao mesmo conteúdo, predominando os seguintes: cidadania, participação política, ética, a família, escola, questão de gênero, etnia, direitos humanos. Foi constantemente afirmado que o módulo intitulado de cidadania permitia uma abordagem mais ampla, por ser voltado para uma “formação cidadã”.

O desvelamento do Projeto nos permite afirmar que a formação profissional é compreendida como um conjunto de habilidades técnicas, restrita a prática de determinadas atividades.

Ao lado dos módulos de cidadania e qualificação profissional esteve também o Serviço Civil Voluntário, o qual era considerado pelo Projeto como essencial para o desenvolvimento da cidadania e solidariedade dos jovens. Em todas as instituições pesquisadas as atividades desenvolvidas ficavam a critério dos jovens. Aqueles que não realizassem alguma atividade e não cumprissem a carga horária não recebiam a bolsa, a qual estava condicionada a realização deste serviço, que era “voluntário”.

As atividades do Serviço Civil Voluntário eram consideradas como singular para que o jovem se tornasse consciente do seu papel como cidadão, pois todos têm o dever de contribuir com o bem estar da sua comunidade. O apelo à solidariedade ocupa o lugar onde falta ação pública e gerência do Estado, transferindo essa responsabilização para os sujeitos, nesse caso os jovens.

A ênfase do Projeto Juventude Cidadã incide sobre mudanças de cunho subjetivo, mas não objetivo no que diz respeito às condições reais de existência dos jovens. Essa direção de abordagem contribuiu para que o jovem não fosse capaz de entender as causas da sua condição social. Há um discurso envolvente que ilude o jovem a se tornar um “multiplicador” desse ideário, onde a transformação da vida de cada indivíduo depende em especial dele mesmo, o que é sustentado por exemplos pontuais. Desse modo o jovem se torna incapaz de perceber que a formação profissional, por exemplo, é uma educação de classe.

A seguir, como ilustração, apresentamos o depoimento de uma jovem que participou do mesmo no município de Salvador, que diz o seguinte:

Considero que o Projeto Juventude Cidadã foi uma farsa. Confesso que fui atraída devido à vontade de aprender uma profissão e ter mais chances de ser inserida no mercado de trabalho, mas o curso não ajudou. Era desorganizado, quase não havia aulas, só houve uma aula prática, em que fomos fazer uma visita a uma farmácia e ficamos lá algumas horas. Dos meus colegas que participaram não conheço ninguém que tenha se inserido no mercado de trabalho. Às vezes assinava um monte de lista de presença de dias que não houve aula... Acho que perdi tempo. Ainda em um dos eventos de certificação do projeto, a coordenadora do curso quando soube que passei no Vestibular numa Universidade pública queria que eu desse entrevista associando que passei por causa da participação no Projeto Juventude Cidadã, mas não foi. Para a minha surpresa quando li o jornal distorceram tudo o que disse e na manchete estava: *Projeto Juventude Cidadã leva Jovem a Universidade*. Isto foi uma mentira (Jovem participante do Projeto Juventude Cidadã- SSA).

É certo que esse depoimento não pode ser generalizado, pois pode ser apenas um caso isolado, contudo, evidencia o quanto há contradições entre o que é veiculado pelos meios de comunicação, pelos órgãos oficiais e as executoras e, a realidade vivenciada pelos jovens.

O Projeto Juventude Cidadã foi uma política focal, inconsistente e que carece de transparência no que diz respeito aos resultados alcançados. A não disponibilização, pelas entidades executoras do Projeto, dos planos dos cursos e dos relatórios de execução dão mostras da fragilidade do Projeto, ancorado no ideal da empregabilidade com foco numa formação profissional voltada para a manutenção do *status quo* de base utilitária e aligeirada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do trabalhador, em especial dos jovens, tem sido uma constante na agenda das políticas sociais dos governos tanto federal quanto estadual, pois a crença que se difundiu no Brasil é que não falta emprego, falta sim, trabalhador qualificado. Portanto, desvendar os meandros do Projeto Juventude Cidadã, se constituiu em objeto de estudo relevante no sentido de desmistificar que a qualificação profissional não se constitui “na galinha dos ovos de ouro” como afirma Frigotto (2004). A noção de cidadania no Projeto está subsumida na ideologia neoliberal, que reduz o papel do Estado, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade pelo bem-estar social.

É importante ressaltar que esse Projeto situava-se num contexto de desregulamentação do capital e (des)ordem mundial, que defende a máxima produtividade e desenvolvimento de competências úteis ao mercado de trabalho, falseando a realidade e contribuindo para a imobilização desses jovens em prol de mudanças estruturais que “favoreçam”, de forma objetiva, a sociedade como um todo. No fundo, a ideologia neoliberal, presente no Projeto Juventude Cidadã acaba naturalizando a desigualdade e legitimando a sociedade de classes, mantendo a hegemonia da classe dominante.

Identificamos que nos objetivos do Projeto está implícito que o maior bem da juventude “pobre” do país é a inserção imediata no mercado de trabalho, o que denota mais uma vez o caráter dual da educação brasileira. Rummert (2005) corrobora na análise desta questão afirmando que “a fração da juventude pertencente à classe trabalhadora é obrigada a trabalhar no período da vida em que os filhos da classe dominante dispõem de todas as condições para o desenvolvimento de sua omnilateralidade” (p.312). Ao jovem da classe popular resta o trabalho alienado. Deste modo, o Projeto cumpriu o papel de (con)formar os

jovens da classe trabalhadora a fim de sustentar a exclusão e manter a naturalização da pobreza.

Alguns educadores mais progressistas da sociedade brasileira defendem uma formação do jovem trabalhador no sentido de torná-los sujeitos autônomos, o que não é evidenciado no Projeto Juventude Cidadã. Em nome da construção e manutenção da hegemonia os idealizadores e executores do Projeto se apropriaram de conceitos, categorias caras aqueles que visam buscar alternativas para a emancipação dos sujeitos. Tentam confundir a aparência com a essência.

Os resultados do nosso estudo indicam que a formação profissional implementada através do Projeto Juventude Cidadã também ocorreu, como em outros programas similares, de forma fragmentada e com o objetivo de atender, de imediato, a demanda do mercado de trabalho baiano desestruturado, flexível e com oferta de postos de trabalho precários, pois a terceirização se constitui na forma mais comum dos contratos de trabalhos.

O Projeto Juventude Cidadã expressou uma política de tentativa de formação para o trabalho através da (con)formação dos jovens a favor da manutenção da ordem, naturalização da pobreza e em especial, em prol da formação do “cidadão mínimo”.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. **O Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador: Política Pública de Emprego?** Tese – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação/PROJOVEM. Disponível em [http://carep.mte.gov.br/projovem/default.asp]. Acesso em: jan.2012.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Mirian. **Políticas para quem e para o quê: conceitos e perspectivas de juventude em documentos de políticas do Banco Mundial e do Conselho Nacional de Juventude**. Disponível In: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/Seminario PopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/ Sem PopPob07_Castro.pdf]. Acesso em 28/11/2011.

CIAVATTA, Maria. **Formação Profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália**. In: Frigotto, Gaudêncio (org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DRUCK, Graça, *Et Al.* **Precarização Social do Trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos.** In Trabalho em Questão. SEP – Série Estudos e Pesquisas. Publicações SEI, n. 86, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas.** In: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação/ orgs.: Regina Novaes e Paulo Vannuchi. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GERAS, Norman. **Essência e aparência: a análise da mercadoria em Marx.** In Sociologia: para ler os clássicos. 2.ed. Gabriel Cohn (org.). RJ: Azougue Editorial, 2007.

IANNI, Octávio. **O jovem radical.** In: BRITTO, Sulamita. Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América Latina de Hoje. v.1. RJ: Zahar, 1968.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, profissão e escolarização: revisitando conceitos.** In Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Marcio. **Introdução: Trabalho em questão neste início de século XXI.** In Série Estudos e Pesquisas. n. 86. Salvador: publicações SEI, 2010.

_____. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil.** In Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação/ orgs.: Regina Novaes e Paulo Vannuchi. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROSENMAYR, Léopold. **A Situação Sócioeconômica da Juventude de Hoje.** In: BRITTO, Sulamita. Sociologia da Juventude: da Europa de Marx à América Latina de Hoje. v.1. RJ: Zahar, 1968.

RUMMERT, Sonia Maria, ALVES, Natália. **Jovens e Adultos pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade.** Revista Brasileira de Educação, v.15, n.45, set./dez. 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. **Projeto Escola de Fábrica: atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI.** Perspectiva, Florianópolis, v.23, n.02, p. 303-322, jul./dez. 2005. Disponível em [<http://WWW.ced.ufsc.br/núcleos/nup/perspectiva.html>]. Acesso em 20/09/2008.

SILVA, José Humberto da. **Os Filhos do Desemprego: Jovens Itinerantes do Primeiro Emprego.** Brasília: Líber Livro, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania.** SP: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed.34, 2001.